



Comunicado de Imprensa nº 09/247  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
30 de Junho de 2009

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI Aprova Acordo de US\$ 176 Milhões com Moçambique ao Abrigo da Facilidade de Protecção contra Choques Exógenos (ESF) e Conclui Quarta Avaliação do Instrumento de Apoio à Política Económica**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje um acordo de 12 meses com Moçambique ao abrigo da Facilidade de Protecção contra Choques Exógenos (ESF), no montante de DES 113,6 milhões (cerca de US\$ 176 milhões), para ajudar o país a amortecer o impacto da desaceleração económica mundial. Com a aprovação do acordo, Moçambique terá à sua disposição para levantamento imediato um montante equivalente a DES 85,2 milhões (cerca de US\$ 132 milhões). Os recursos financeiros do Fundo ajudarão Moçambique a neutralizar a deterioração da sua balança de pagamentos, que está a sofrer os efeitos da desaceleração económica global. O ESF foi concebido para proporcionar apoio à política económica e assistência financeira em condições concessionais a países de baixo rendimento elegíveis que enfrentem choques exógenos temporários.

O Conselho de Administração do FMI também concluiu a quarta avaliação do desempenho económico de Moçambique no âmbito do acordo trienal do Instrumento de Apoio à Política Económica (Policy Support Instrument - PSI). O PSI de Moçambique foi aprovado em 18 de Junho de 2007 (ver o [Comunicado de Imprensa No 07/135](#), em inglês) em apoio aos esforços nacionais de reforma económica. O acordo visa consolidar a estabilidade macroeconómica e perseguir o crescimento económico sustentado e a redução da pobreza através da implementação de políticas macroeconómicas prudentes e da promoção de reformas estruturais. A estratégia para alcançar esses objectivos assenta no Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) formulado pelas autoridades Moçambicanas.

O Director-Geral Adjunto e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, Sr. Takatoshi Kato, fez o seguinte pronunciamento no término das discussões sobre Moçambique:

“Moçambique manteve um desempenho económico sólido em 2008. A flexibilidade da reacção da política económica à subida dos preços de importação dos alimentos e combustíveis contribuiu para aliviar o impacto dos choques internos e externos num ambiente externo altamente complexo. Moçambique permanece vulnerável à desaceleração económica mundial, o que exige um acompanhamento rigoroso da evolução dos acontecimentos internos e externos.

Graças ao sólido historial de Moçambique na implementação de políticas macroeconómicas prudentes, o país está em condições de aligeirar a política fiscal e monetária no curto prazo sem desviar da sua estratégia de médio prazo. Nesse contexto, é de louvar o compromisso das autoridades em conter as despesas no período que antecede as próximas eleições.

A médio prazo, as medidas para intensificar a mobilização das receitas internas e melhorar a gestão financeira pública terão enorme importância para prosseguir no fortalecimento da estabilidade macroeconómica. Ao evitar o recurso ao financiamento interno do orçamento, o governo abrirá espaço para o aumento do crédito ao sector privado. O rigor na formulação e implementação da política monetária ajudará a manter a inflação baixa. A intensificação dos esforços para diversificar as fontes de crescimento e acelerar as reformas estruturais aumentará a competitividade de Moçambique, além de promover o investimento e melhorar a intermediação financeira.

Convém monitorar atentamente um cabaz mais alargado de moedas que tome em conta os parceiros comerciais de Moçambique, pois isto ajudaria a corrigir a sobrevalorização da moeda em termos efectivos reais, que ameaça prejudicar a competitividade de Moçambique e a diversificação da sua economia.

Moçambique continuou a prosseguir na agenda de reformas estruturais, sendo de destacar o fortalecimento das operações fiscais e monetárias. O próximo passo será a melhoria do ambiente de negócios para estimular os investimentos internos e externos. A aprovação de Moçambique como país candidato à adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas é bem-vinda.

Moçambique realizou progressos significativos no desenvolvimento e fortalecimento do sector financeiro e na melhoria das operações bancárias. As autoridades estão empenhadas em acelerar a análise e finalização de um plano de acção visando a consolidação do sector financeiro, nomeadamente nos aspectos de monitoria de riscos, cooperação internacional na supervisão bancária e mecanismos de gestão de crises”, concluiu o Sr. Kato.